

DECISÃO DO PREGOEIRO

Vistos e examinados

Trata-se de impugnação **tempestiva** movida pela empresa OXINAL – OXIGÊNIO NACIONAL LTDA-EPP, inscrito no CNPJ nº 36.781.037/0003-43, em face do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 60/2018, cujo objeto gira em torno CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS.

1 – DOS FATOS

Resumidamente versam o presente termo de impugnação do EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 60/2018, no qual a empresa alega basicamente a necessidade de se exigir critérios de habilitação específicos, condizentes com as particularidades do tipo de serviço objeto da referida licitação, requerendo a inclusão dos seguintes exigências para fase de habilitação no certame:

- Licença de Operação, emitida pela autoridade ambiental estadual (IMASUL) e municipal (SEMADUR) competente ao tratamento e encaminhamento para destinação final de resíduos biológicos e químicos;
- Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros para as atividades de tratamento e disposição de resíduos de serviços de saúde;
- Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, para atividades de transporte de produtos perigosos;
- Possuir alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da sede ou domicílio da licitante;
- Alvará sanitário, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, na sede do proponente.
- Apresentação de carteira do MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) de, no mínimo, um condutor do veículo;
- Contrato da licitante com Aterro Sanitário Industrial licenciado.
- Licença de operação do aterro sanitário para receber os resíduos

oriundos do processo de tratamento.

2 – DO MÉRITO

Primeiramente, se faz necessário informar que a OXINAL – OXIGÊNIO NACIONAL LTDA-EPP encaminhou e-mail impugnando o edital, a esta instituição na data de 10/10/2018, às 08h09min (através do email compras@ufgd.edu.br) , assim estando o presente pregão agendado para o dia 24/10/2018, às 09h00 (horário de Brasília), a impugnação restou **tempestiva**, sendo interposta dentro do prazo previsto no decreto nº 5.450/2005, art. 18.

“Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.”

3 - DA ANÁLISE

3.1 – Ampliação dos requisitos de habilitação

Considerando que os critérios de habilitação adotados para o certame seguiram as orientações da Procuradoria Federal junto a UFGD, e visto que tais orientações estão respaldadas no art. 20, §1º, da Instrução Normativa – IN nº 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispôs sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, estabelecendo em seu art. 20, § 1º, **verbis**:

*“Art.20 É vedado à Administração fixar nos instrumentos convocatórios: (...)
§ 1º Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e **licenças** de qualquer espécie só serão devidas pelo vencedor da licitação; dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno.”*

Diante do exposto acima fica evidente que excesso de exigência de requisitos de habilitação excede os limites fixados na lei 8.666, de 1993, art. 30, incisos I a IV, por frustrar o caráter universal da licitação, bem assim os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e razoabilidade.

Verifica se ainda que referida Instrução Normativa encontra-se Amparada no art. 3º e ainda § 1º da lei geral de licitações:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade,

da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#); [\(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#).”

Contudo, considerando as particularidades dos serviços objeto do certame e os limites legais para exigências de requisitos de habilitação, conforme disposto na lei geral de licitações, este pregoeiro optou por aproveitar alguns dos requisitos já constantes no Termo de Referência, os quais restavam exigidos apenas para a fase de contratação e exigir também como requisitos na fase de habilitação de modo a garantir a seleção de empresas que possam atender minimamente os requisitos básicos para a futura prestação dos serviços. Sendo incluído no Edital os seguintes exigências de habilitação:

- Licença ambiental dos órgãos competentes para operação de tratamento de resíduos de serviços de saúde, dentro do prazo de validade.
- Licença Ambiental ou de Operação do incinerador, emitida pelo órgão competente, para resíduos de serviços de saúde, dentro do prazo de validade.
- Certificado emitido por empresa licenciada pelo INMETRO para os veículos transportadores de resíduos perigosos.
- Licença ou autorização ambiental para a disposição final dos resíduos tratados, dentro do prazo de validade.
- Licença Sanitária emitida pelo órgão de vigilância sanitária do município onde a empresa esteja instalada, dentro do prazo de validade.
- Licenças de operação para coleta e transporte de resíduos perigosos emitidos por órgão federal e estadual do meio ambiente, dentro do prazo de validade.
- Carteira do MOPP (movimentação e operação de produtos perigosos) para os condutores dos veículos coletores.

Também é de conhecimento deste pregoeiro e de sua equipe, que o objeto do edital em certame licitatório deve ser especificado de forma a estabelecer critérios de aceitabilidade e dar igualdade de condições às licitantes, o que se visualiza de forma cristalina no caso concreto.

4 - DA CONCLUSÃO

Por fim julgamos PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de impugnação apresentado pela empresa, reconhecendo a necessidade de alterações no edital. Com isso, optou se no primeiro momento pela suspensão da sessão do pregão eletrônico, o qual foi remarcado para a data de 18/12/2018.

Dourados, 06 de dezembro de 2018.

Cleiton Rodrigues de Almeida
Pregoeiro